

# **Violência faz mulher faltar 18 dias de trabalho e país perder R\$ 1 bi**

Mulheres vítimas de violência doméstica faltam em média 18 dias de trabalho por ano, o que gera uma perda anual de aproximadamente R\$ 1 bilhão ao país. Além disso, essas mulheres apresentam problemas de concentração e estresse relacionados ao trabalho.

[\(Universa, 07/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As conclusões estão na Pesquisa de Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, feita pela UFC (Universidade Federal do Ceará) em convênio com o Instituto Maria da Penha. Os resultados da segunda fase do estudo foram apresentados na USP (Universidade de São Paulo) no fim de outubro. A pesquisa está agora em uma terceira fase, que vai entrevistar mulheres em diferentes capitais de todas as regiões do país: São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Belém, além de Fortaleza, Salvador e Recife.

Ao todo foram acompanhadas 10 mil mulheres durante dois anos, entre 2016 e 2018, nas nove capitais do Nordeste. A partir das informações coletadas na região, o pesquisador fez uma projeção do prejuízo da violência contra a mulher para todo o país em R\$ 1 bilhão ao ano.

O coordenador da pesquisa, José Raimundo Carvalho, professor do programa de Pós-Graduação em Economia da UFC, explica que a perda de dias de trabalho pela violência é apenas um de uma série de impactos na atividade de trabalho das mulheres.

“A violência afeta o estado emocional e a capacidade de concentração delas, prejudicando a tomada de decisões”, diz o pesquisador.

A pesquisa separou as mulheres que foram vítimas de violência das que não foram e percebeu uma série de dificuldades a mais ligadas ao trabalho e ao

desempenho de tarefas entre as vítimas.

Além disso, a violência afeta diretamente a felicidade dessas mulheres: apenas metade das que passaram por episódios de agressão afirma que se sente feliz frequentemente. Entre as mulheres que não enfrentam violência, esse número salta para 74,5%.

## **Instabilidade no emprego**

“Ser vítima de violência doméstica também está associado a uma maior instabilidade no mercado de trabalho. Ou seja, essas vítimas intercalam períodos de curta duração de emprego com períodos de curta ou longa duração de desemprego”, diz Carvalho.

Segundo a pesquisa, 23% das mulheres vítimas de violência doméstica nos 12 meses anteriores à consulta disseram que recusaram proposta ou desistiram do emprego por causa do parceiro. Para aquelas que não são vítimas, essa proporção é de apenas 9%.

“Elas têm mais dificuldade porque, além da questão física, o marido pratica a sabotagem.”

Carvalho lembra ainda que o Brasil é um dos campeões em acidentes de trabalho. “Parte desses acidentes pode ser causada porque a mulher não se concentra, tem estresse”, afirma.

“Acho que a grande contribuição dessa pesquisa é lançar uma base de dados inédita sobre as várias dimensões da violência. A gente tem que incluir o debate para as futuras gerações”, diz.

## **Violência e seus impactos**

Para a psicóloga Artenira Silva, especialista em violência contra mulheres, a pesquisa ajuda a entender como o fenômeno da violência doméstica é “multifacetado, de alta complexidade e com muitas especificidades”.

Artenira diz que os dados da pesquisa levam a uma séria reflexão. “A violência doméstica constitui dano laboral ou de projeto de vida da mulher.

Ela tem efeito desestruturante na vida dessa mulher, a ponto de intervir na sua capacidade laboral, maternal e de reação”, afirma.

“Muitas dessas mulheres abandonam emprego, casa, mudam de cidade, de bairro, porque o sistema de justiça e a rede de proteção não dão conta da complexidade dessa violência. E elas acabam assumindo enquanto um dano, o que elas não se dão conta de ser um dano de fato existencial.”

*Por Carlos Madeiro*

---

## **Pesquisa Universa: 7 em cada 10 mulheres veem violência como maior desafio**

*Segundo levantamento, 81% concordam que esse deveria ser o tema mais debatido pela sociedade*

**[\(Universa, 04/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

De todos os desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil, acabar com o desrespeito e a violência de gênero é considerado, hoje, o maior deles. É o que dizem sete em cada dez entrevistadas ouvidas em uma pesquisa feita para Universa pelo instituto de pesquisa Catapani & Associados e pela consultoria de marketing e comunicação ID Rock.

O levantamento consultou 1.000 mulheres das classes A, B e C entre 18 e 60 anos de todo o país. Mesmo com diferenças de idade e classe social, o tema da violência contra a mulher é considerado o de maior importância por todas: 81% delas consideram que esse é também o assunto que mais deveria ser debatido pela sociedade.

Na sequência de temas prioritários aparecem saúde da mulher, com 43%,

padrões estéticos e comportamentais, com 30%, desigualdade salarial, com 26%, e igualdade de mulheres em altos cargos e cargos políticos, com 20%.

“É uma constatação triste. Enquanto em vários países mulheres querem debater outras questões ligadas à emancipação feminina, como salário, no Brasil a gente tem que discutir o direito de não morrer, de não ser estuprada, de não jogarem ácido no nosso rosto. É muito violento”, diz a promotora de Justiça Silvia Chakian, integrante do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica) do Ministério Público de São Paulo.

Por outro lado, afirma Silvia, o resultado da pesquisa mostra um amadurecimento da sociedade. “A violência contra a mulher entrou na pauta do dia. Há maior percepção da gravidade do problema”, diz. “Pelo menos até a criação da Lei Maria Penha, em 2006, a questão era invisível, ia para debaixo do tapete.”

Ainda que a violência seja uma preocupação de mulheres de diferentes classes sociais, a promotora destaca que há especificidades para cada grupo. “Quando elas dizem, na pesquisa, que o tema da violência é importante, cada uma fala da sua experiência. Temos que reconhecer que mulheres negras sofrem violências que as brancas não vivenciam por causa do racismo”, afirma. “Assim como lésbicas passam por situações que mulheres heterossexuais não vivem, e mulheres da periferia passam por opressões que não atingem as das classes mais favorecidas.”

## **Sobrecarga e mercado de trabalho: outras grandes batalhas**

A sobrecarga física e mental é outra grande batalha que as entrevistadas dizem enfrentar. Quando questionadas sobre como se sentiram fisicamente nos últimos seis meses, 43% responderam que não estavam bem nem mal. A maioria, 73%, acredita que os desafios diários são impostos por elas mesmas. E 75% gostariam de ter mais tempo para o descanso mental.

A ansiedade é o sentimento mais presente no dia a dia, segundo 51% das participantes da pesquisa. Esse tipo de emoção intensa se reflete em outros números: 44% delas se mostram preocupadas, e 38% se dizem estressadas.

Em relação aos sentimentos positivos, 46% se declaram agradecidas, e 36%, esperançosas.

Em relação à ocupação, 60% trabalham e 37% estão desempregadas. Entre as economicamente ativas, 29% trabalham em período integral, 10% em meio período e 21% em casa, de forma autônoma ou contratada em uma empresa. A maioria, 63%, diz que está feliz com a carreira. E apenas 7% têm preocupação com o cargo que ocupam. Os itens mais importantes para elas são realização no trabalho (26%) e salário/benefícios (23%). As queixas relacionadas a esse tema têm relação com a falta de divisão das tarefas domésticas e da maternidade —deixando mulheres que trabalham fora sobrecarregadas— e desigualdade salarial.

## **Relação amorosa é a última preocupação**

Na lista de objetivos que as entrevistadas esperam alcançar no próximo ano, os relacionamentos amorosos aparecem em último lugar, como objetivo de apenas 25% delas.

Na primeira posição, saúde e bem-estar aparecem como metas para 72% das mulheres. Outros focos citados na pesquisa são família (67%), profissão e carreira (61%), dinheiro e aquisições (56%) e lazer e viagens (56%).

## **Quem elas querem ser?**

Independente financeiramente. Esse é o perfil que 44% das entrevistadas almejam ter. Algumas gostariam de ser a que não se estressa com nada — 17% delas citaram essa característica. Em seguida vem a que tem uma história de vida incrível (12%) e a que tem hábitos saudáveis (9%).

## **Ambições e dinheiro**

Questionadas sobre o direcionamento da renda, 35% das entrevistadas responderam que seu foco é oferecer melhores oportunidades para a família; 24% afirmaram que preferem aproveitar as diversas experiências da vida, e a mesma porcentagem respondeu que poupa para ter um futuro mais tranquilo. Apenas 14% delas responderam que ganham dinheiro para gastar com bens

materiais.

---

# #METOO CHEGA À INDÚSTRIA DOS GAMES E MULHERES SE UNEM EM RELATOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

*Desenvolvedora americana denunciou 'lenda' do ramo nesta semana e deu início à mobilização que já inclui brasileiras*

**[\(Época, 30/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Após abalar a indústria cinematográfica e atingir figuras até então intocáveis do ramo em 2017, a exposição de episódios de estupro, assédio e agressão sexual relatados por mulheres - no que ganhou o mundo na forma do #MeToo - acaba de encontrar um ramo que supera o lucro dos cinemas e, ainda que mais recente, já tem casos emblemáticos de misoginia: os games. Com histórias relatadas que envolvem violência sexual e psicológica, além de difamação profissional, depressão e até tentativas de suicídio, foram necessárias menos de 24h para que um longo relato pessoal, feito pela desenvolvedora americana Nathalie Lawhead na segunda-feira, viralizasse nas redes sociais e encorajasse outras mulheres a fazerem denúncias similares, o que já atingiu ao menos três renomados profissionais da indústria. A atitude, que começou sem qualquer pretensão organizada, já ganha contornos de mobilização, disponibiliza redes de apoio às mulheres que denunciam as agressões e encontra ressonância na opinião de brasileiras ligadas aos games.

Desenvolvedora independente de jogos para computador, como *Tetrageddon* e *Everything is Going to Be OK*, Lawhead usou seu site

pessoal para relatar episódios que teriam acontecido no fim dos anos 2000 envolvendo o premiado compositor Jeremy Soule, por trás das trilhas sonoras de jogos eletrônicos da célebre série *The Elder Scrolls*. Com prints de e-mails e conversas, além de uma enorme narrativa que dá conta de alguns anos antes e após o ocorrido, Lawhead afirmou ter sido estuprada por Soule em Vancouver enquanto trabalhava no projeto de um game para uma empresa - ambos os quais não são especificados.

Dadas suas negativas em permanecer com o compositor, ela afirmou ter sofrido difamação profissional por parte dele na ocasião, o que teria custado seu emprego e o que voltaria a acontecer mais tarde, quando foi contratada em outro projeto. Nos relatos, a desenvolvedora não só dá conta das investidas e comentários atribuídos a Soule, mas também aponta uma série de outros abusos que sofreu enquanto mulher na indústria de games, como ter sua opinião diminuída sistematicamente e passar por grandes dificuldades em receber pagamentos pelo trabalho já entregue.

“Depois de passar por isso, eu estava fisicamente e emocionalmente devastada. Me custou muita coragem para jogar videogames outra vez. (...) Eu pensei que toda a indústria dos games era assim e não consegui pensar em todas as mulheres e artistas que poderiam ter passado pelo mesmo. Eu acreditei que isso era normal”, diz ela no texto, que ainda aponta um período de depressão e ao menos uma tentativa de suicídio até investir em jogos autorais e ganhar o prêmio Indiecade por *Tetrageddonem* 2015.

“Eu não quero que nenhuma mulher seja machucada por ele nunca mais”, disse Lawhead no tuíte em que anunciou os relatos pela primeira vez, motivo pelo qual dizia estar expondo esses acontecimentos, mesmo após mais de uma década. Ao “Kotaku”, site americano especializado em games, Soule negou as acusações na quarta-feira: “Essas alegações de 11 anos atrás são falsas. Estou chocado e triste que essas denúncias ultrajantes tenham sido feitas”, disse o compositor, que também foi acusado de violência sexual pela vocalista Aeralie Brighton.

A postagem atraiu centenas de pessoas dizendo acreditar em Lawhead e prezando a coragem de se expor, o que incentivou outras mulheres a fazer o mesmo, como Zoë Quinn na terça-feira. A desenvolvedora americana já tem

histórico quando o assunto é assédio nos games, uma vez que, em 2014, foi o ponto central do caso mais famoso de misoginia nesse ramo, episódio que ficou conhecido por GamerGate — nele, acusações infundadas de que Quinn tivera um game seu favorecido pela crítica especializada após se relacionar com um jornalista da área motivaram uma campanha de difamação e perseguição contra ela em recantos obscuros da internet.

Após o relato de Lawhead, Quinn usou seu perfil no Twitter para se solidarizar com a colega e fazer sua própria denúncia de violência sexual, dessa vez contra o canadense Alec Holowka, conhecido pelos games *Aquaria* e *Night in the Woods*. Segundo ela, Holowka a atraiu até Winnipeg, no Canadá, com a promessa de que formariam uma desenvolvedora com outros amigos, o que não acontecera.

Obrigada a passar mais tempo no apartamento dele do que imaginava, lá os episódios de violência teriam acontecido, e mesmo após os dois terem se separado, a desenvolvedora teria sido alvo de difamação profissional, segundo ela. Tanto os casos de Quinn quanto Lawhead teriam acontecido quando as duas começavam as carreiras, fato que teria sido utilizado para tirar vantagem de ambas, elas dizem. Após o relato de Quinn, a equipe responsável por *Night in the Woods* decidiu cortar relações com Holowka na quarta-feira.

A adesão de Quinn, já famosa nas redes sociais a partir do GamerGate e da discussão sobre preconceito e toxicidade entre fãs e desenvolvedores de games, fez com que a mobilização crescesse ainda mais. Não demorou até que Adelaide Gardner, também na terça-feira, acusasse o desenvolvedor Luc Shelton, que trabalhou em produções milionárias como a série *Gears of War*, de violência sexual.

De acordo com Gardner, que produz conteúdo voltado aos fãs de RPG (*role-playing game*), ou jogos de tabuleiro com interpretação de personagens), Shelton teria chegado a algemá-la em seu apartamento há dois anos. Também o desenvolvedor Alexis Kennedy, da Failbetter Games, conhecido por jogos como *Sunless Sea*, foi acusado de comportamento abusivo pela roteirista de games Olivia Wood mais tarde — o que ele nega —, e a lista vem crescendo desde então.



Nesses relatos, mulheres se disseram traumatizadas pelas experiências e questionaram a forma como a indústria as trata, como destacou Lawhead em seu depoimento: “a maioria das vítimas não sobrevive a isso. Elas piram. Elas abandonam a indústria. Elas cometem suicídio, ganham problemas de alimentação e desenvolvem ódio por si mesmas até um ponto em que não funcionam mais. Tenho sorte de ter uma família que cuidou de mim quando eu estava estilhaçada.”

## REPERCUSSÃO BRASILEIRA

Apesar da indústria de games no Brasil não ser tão grande quanto a americana - o que não a impede de vir crescendo rapidamente nos últimos anos, sobretudo no cenário de jogos independentes -, preconceito, piadinhas e episódios de assédios com mulheres também são comuns no cenário nacional, segundo a ilustradora e desenvolvedora Carolina Porfírio, da Kuupu, responsável por jogos como *Exodemon*. Ela ressalta que o silêncio das mulheres atingidas costuma ser regra mesmo na inédita mobilização atual, uma vez que é comum o receio de sofrerem retaliação em suas carreiras: “Não é porque os assédios estão vindo à tona agora que devemos acreditar que são novidade, mas eles sempre aconteceram, e é impressionante sabermos que podem ser pessoas próximas, que fazem parte do nosso círculo. O problema é que existe esse receio de falar sobre, já que há o medo de ficar marcada como ‘a menina que acusou fulano’ e sofrer retaliação, por isso não podemos culpar aquelas que decidem não falar”.

Segundo Porfírio, por uma série de vícios e preconceitos comuns aos videogames desde sua popularização nos anos 80, como o fato de “serem feitos para homens”, as atitudes atingem todas as mulheres na área, sejam trabalhadoras, *streamers* (que fazem transmissões ao vivo jogando) ou jogadoras ocasionais. Ainda que considere trabalhar em uma “bolha” - a Kuupu é formada por Porfírio e o marido -, o que garante um companheirismo diferente das outras meninas iniciando suas carreiras em empresas maiores, ela afirma que os episódios de preconceito são recorrentes: “Já ouvi que games não eram para mim, e até acharam que eu estava mentindo sobre expor um jogo meu num evento, como se não acreditassem que uma mulher poderia tê-lo feito.”

Ela acredita que a recente mobilização abre um novo capítulo na indústria, uma vez que pretensos assediadores “pensarão duas vezes” e mulheres terão mais força para se proteger e compartilhar suas histórias. Mas isso não quer dizer que o público reaja da mesma forma: “Quanto ao público, eu gostaria de ser otimista e dizer que vão mudar suas opiniões, mas não acho que isso vai mudar logo”. O remédio seriam mais mulheres na indústria, a fim de “ter elas junto nos seus jogos e escrever com elas, não só sobre elas”. Ainda segundo Porfírio, a mobilização também já teve impacto no Brasil, uma vez que mulheres do ramo começaram a trocar relatos entre si, oferecendo proteção psicológica e até, em alguns casos, vindo a público.

A estudante de Medicina Nathália Fernandes, de 24 anos, não é desenvolvedora de games, mas é uma jogadora renomada de *Pokémon TCG*, vencedora de campeonatos regionais e que compete ao menos duas vezes por ano em torneios internacionais. Incentivada pelos relatos no exterior, ela usou seu perfil do Twitter na segunda-feira para relatar um caso de violência sexual que contou ter ocorrido no campeonato mundial do jogo, realizado em Washington há duas semanas, envolvendo um outro jogador brasileiro, que considerava amigo até então. Fernandes afirmou ter sido vítima de comentários inapropriados durante toda a viagem e de investidas enquanto estava dormindo, uma vez que compartilhavam o quarto.

“Recebi muito apoio de mulheres que me disseram ter sofrido coisas parecidas nesse cenário”, disse ela, que afirma sempre ter sofrido preconceito desde quando começou sua história no jogo, há oito anos, até hoje, já com renome. “No meu primeiro torneio nacional, eu tive uma partida com um homem famoso no jogo e que, antes de começarmos, comentou com um amigo que seria ‘muito fácil’ ganhar de mim, isso tudo na minha frente. No caso, fui eu quem ganhou, e ele saiu furioso, porque considerava uma vergonha ter perdido para uma mulher”, conta ela. A repercussão da postagem, segundo Fernandes, trouxe apoio da empresa que gere o jogo, mas ela espera que esse episódio desperte um “entendimento” que atinja toda a indústria, incluindo desenvolvedores, jogadores e *streamers* - estas, aliás, ela considera as que mais costumam sofrer agressões verbais, que vêm durante as lives.

“É importante mostrar que estamos em todos os lugares. É preciso ter mais mulheres nos jogos e as empresas têm que incentivar essa participação. A maioria desses casos são feitos por pessoas com alguma influencia no ramo, então que deem atenção a isso”, afirma. Como continuação da sua vida em *Pokémon TCG*, ela reproduz um sentimento externado por várias outras mulheres que relataram abusos desde a postagem de Lawhead: o de não ficarem marcadas por isso, mas serem lembradas pelo seu talento. “Não quero ser reconhecida como a menina que foi abusada”, diz ela.

*Por Victor Calcagno*

---

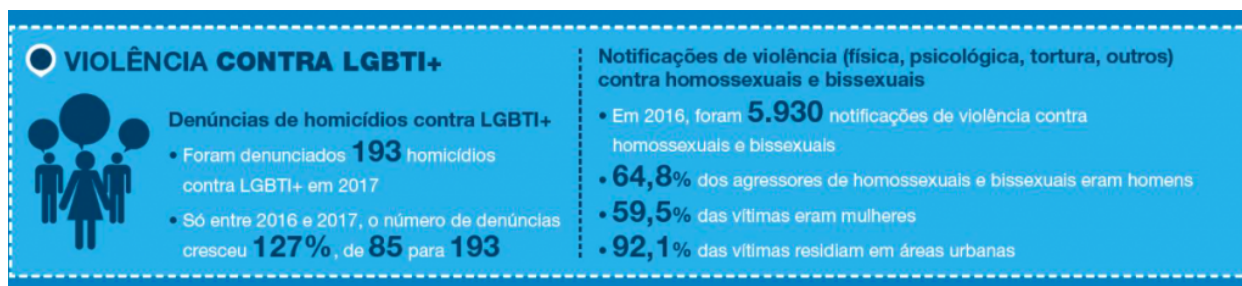
## **Falta de dados camufla aumento da violência contra população LGBTI+**

Uma das evidências mais importantes demonstradas pelo novo Atlas da Violência é que existe um apagão de dados oficiais que ajudem a compreender a violência contra a população LGBTI+. Isso mostra um claro descaso do poder público com essa parcela dos brasileiros. Sem entender o quadro, fica difícil construir políticas públicas que mitiguem a violência. Ainda assim, a pesquisa conseguiu captar o aumento desse tipo de violência, unindo registros de denúncia do Disque 100 (do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) a informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde.

**[\(Universa, 05/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Houve um forte aumento de denúncias no Disque 100 nos últimos seis anos: de 5 casos em 2011, o serviço registrou 193 casos em 2017; um crescimento de 127%. O Sinan indica que em mais de 70% dos crimes de 2015, os autores das agressões eram do sexo masculino e que mais de 90% das violações

aconteceram em áreas urbanas. O levantamento também mostra uma prevalência de pessoas do sexo feminino e de negros como vítimas. Esse último ponto confirma — como em todos os recortes analisados pelo Atlas — a persistência do racismo que estrutura a sociedade brasileira, permitindo que 75% dos mais de 65 mil homicídios anuais no Brasil tenham negros e negras como vítimas. Ao não desenhar políticas para combater esse quadro, o Estado se omite de seu papel.



Pela primeira vez, o Atlas incluiu uma seção específica sobre a população LGBTI+. Foi uma maneira de chamar a atenção para a falta de dados e também de agendar demandas urgentes. “Primeiro precisamos conhecer o quadro para saber o tamanho dessa violência, descobrir suas especificidades e aí sim atuar sobre o problema”, explica a socióloga Thandara Santos, conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, responsável pelo estudo em parceria com o IPEA. “Precisamos de estatísticas oficiais, que informações sobre identidade de gênero e orientação sexual constem não só nos levantamentos feitos sobre a população geral, como os do IBGE, mas também nos registros de ocorrência das polícias e nas declarações de óbito do sistema de saúde. Hoje essa clivagem não importa ao poder público.”

## Homofobia como crime

Um dos meios de dar visibilidade para a violência que a população LGBTI+ sofre no Brasil seria determinar que homofobia é crime, garantem os especialistas. Essa possibilidade está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Assim como aconteceu com a Lei do Feminicídio, a inclusão da questão no sistema de Justiça colocaria o problema no mapa de ações do Estado.

“Se a legislação penal não pode ser uma solução para as todas as questões sociais e para a busca de igualdade, pode ser uma resposta imediata para

conter o avanço dessa violência. A criminalização da homofobia teria um caráter imediato e preventivo para combater essa invisibilidade e dar início a um debate para a formulação de outras políticas”, afirma Thandara. As pessoas estão morrendo agora assassinadas por motivações ligadas ao ódio.

Para a advogada e socióloga Fernanda Emy Matsuda, professora de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o sistema de justiça criminal tem atuação muito limitada. “Essa não é a única solução possível, o sistema de Justiça não vai dar conta de resolver o problema. Mas o sistema de Justiça comunica e tem uma capacidade de mudar a opinião pública por meio da condenação. Mas não pode trabalhar isoladamente”, alerta Fernanda. Essa seria uma forma de nomear a violência invisível.

A criminalização, no entanto, tem efeito limitado e pode não ter impacto se não for associada a outras políticas. É fundamental que identidade de gênero, orientação afetivo-sexual, desigualdade entre homens e mulheres sejam, por exemplo, tratados no âmbito da escola e da universidade. “Temos tido dificuldade de pautar esse tema. Isso prejudica de uma forma violenta o reconhecimento dos direitos da população LGBT. Cria um ambiente em que há uma permissividade com a agressão contra essas pessoas”, afirma Fernanda. Elas estão sendo mortas pelo discurso preconceituoso e pelo descaso.

---

## **Venezuelanas têm de recorrer a prostituição em Roraima**

Com dois filhos pequenos para criar e grávida do terceiro, a atendente de loja Silvia (nome fictício), 24, viajou da Venezuela para o Brasil no mês passado em busca de um emprego e de uma fonte de renda que permitisse a ela enviar dinheiro à família. Ao chegar a Boa Vista, o que encontrou foram milhares de conterrâneos desempregados e nenhuma oportunidade. Foi

então que passou a fazer parte do grupo de centenas de jovens venezuelanas que, sem emprego, começaram em 2007 a se prostituir nas ruas da capital de Roraima.

[\(UOL, 22/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As garotas de programa estrangeiras se concentram no bairro Caimbé, principalmente na rua Leôncio Barbosa, que passou a ser chamada pelos moradores da cidade de rua Ochenta (oitenta, em espanhol), em referência ao valor médio cobrado por uma hora de programa com as venezuelanas. Há, porém, aquelas que, por desespero, cobram de R\$ 30 a R\$ 50.

Nas duas visitas que fez ao local, uma no período da noite e outra de dia, a reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo” contou dezenas de mulheres. A maioria aparentava 20 e poucos anos e estava distribuída pelas diversas esquinas. Moradores contam que a presença de garotas de programa nas calçadas se intensificou com o aumento da imigração venezuelana na cidade. Antes, dizem eles, duas ou três casas noturnas do bairro reuniam garotas de programa brasileiras, mas elas trabalhavam apenas dentro dos estabelecimentos.

“Agora são dez quarteirões tomados. Tem gente que faz sexo ao ar livre, tem tráfico de drogas. Minha mulher e minhas filhas não podem sair na rua porque são confundidas com prostitutas. A gente está preso dentro da própria casa”, diz um servidor público de 48 anos que mora no bairro há 12.

## **Medo**

Amiga de Silvia, Jessica (nome fictício), 29, confirma que praticamente todas as jovens que trabalham na rua são venezuelanas, mas conta que a condição de imigrante traz mais insegurança a elas.

“Tem clientes que são agressivos, que nos xingam, que não querem pagar. Sabem que estamos com menos direitos aqui”, comenta ela, que era professora na Venezuela. Assim como muitas jovens, Silvia deixou uma criança em seu país.

Diante da insegurança, as venezuelanas tentam criar uma rede de proteção.

Silvia e Jessica moram em uma casa alugada com outras oito garotas de programa. Cada uma paga cerca de R\$ 100 por mês por uma cama em quartos coletivos. Elas também têm uma espécie de convênio com uma pousada do bairro para onde costumam ir com os clientes.

“A gente nunca aceita ir para a casa deles, é muito perigoso. E na pousada, os donos conhecem a gente e brigam com os clientes que não querem pagar”, diz Silvia.

No caso dela, a condição de imigrante ainda trouxe outro receio: o de ser deportada caso busque um serviço de saúde para o acompanhamento da gravidez. “Preciso começar o pré-natal porque não fiz nenhum exame ainda, mas tenho medo de procurar um hospital e descobrirem que não tenho documentação correta”, diz ela. Os postos de saúde brasileiros, porém, estão prestando atendimento independentemente da condição do imigrante.

Silvia e Jessica fazem companhia uma à outra durante as cerca de 12 horas que passam na rua à espera de clientes. O movimento de carros, embora intenso, não indica muita oferta de trabalho. Com a grande concorrência de profissionais na rua, as jovens dizem fazer no máximo dois programas por dia.

Elas dizem que pretendem, assim que possível, encontrar outro tipo de trabalho, para poder deixar as ruas de Boa Vista. “A verdade é que me sinto horrível fazendo isso, mas quando vejo que aquele dinheiro vai comprar comida para o meu filho na Venezuela, a sensação é um pouco melhor”, conclui Jessica.

As informações são do jornal “O Estado de S. Paulo”.

*Fabiana Cambricoli*

---

# Estudo mostra o assédio na América Latina e a reação das brasileiras

*Pesquisa revela que uma em cada quatro latino-americanas e uma a cada cinco brasileiras já vivenciou episódios de violência*

[\(CartaCapital, 17/04/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A [América Latina é conhecida por seu machismo](#) tacanho, atos de violência e assédio em todos os países da região. Ao menos uma em cada três latino-americanas e uma em cada quatro brasileiras passaram por alguma situação de assédio. Quando o assunto se refere a episódios de violência, o registro atinge uma em cada quatro latino-americanas e uma a cada cinco brasileiras.

Esses são alguns dos resultados divulgados na pesquisa *Mulheres: Percepção de direitos e exposição à violência*, estudo realizado pelo instituto de pesquisa Market Analysis, especializado em sustentabilidade.

“Essa menor incidência de ambos os problemas no Brasil com relação aos outros países da região pode indicar o efeito positivo da legislação avançada de proteção às vítimas de violência no País”, conclui Débora Pinheiro da Silva Montibeler, analista sênior da empresa de pesquisa.

Segundo a conclusão da analista, leis como a Maria da Penha podem representar um diferencial em relação à percepção de respeito aos direitos femininos no Brasil um pouco maior até do que em sociedades como as do Chile e da Argentina com níveis de desenvolvimento social superior ao nosso. Mas também deixa um alerta quanto a essas conclusões: “elas também podem estar sinalizando alguma dificuldade de admitir ter passado por essas experiências”, afirma Débora.

Essa dúvida surge quando se faz o cruzamento com o WPS Index, índice que mede o empoderamento e o bem estar feminino em 153 países e faz parte do *Georgetown Institute for Women, Peace and Security*.



A medição tem como base 11 indicadores relacionados a três grandes aspectos: o nível de inclusão econômica, social e política; o grau de equidade e não discriminação legal e informal e segurança, relacionada à violência de gênero no cotidiano das mulheres (em suas famílias, comunidades e na sociedade).

“Ao cruzar o posicionamento dos países no índice WPS com a percepção das mulheres nas sociedades latino-americanas percebemos que as brasileiras, curiosamente, consideram ou percebem sua situação de forma melhor do que as condições de empoderamento medidas pelo WPS permitiriam predizer”, conclui Fabián Echeagaray, diretor geral da Market Analysis.

No índice WPS, que vai de 0 a 1 - quanto mais baixo menor é o bem estar das mulheres - o Brasil registra 0,677, enquanto o do Peru, por exemplo, é de 0,693. Já na pesquisa *Mulheres: Percepção de direitos e exposição à violência*, 51% das mulheres brasileiras responderam que sentem que seus direitos são respeitados, enquanto a das peruanas está situado em apenas 22%. Conclusões divergentes, portanto, sem que se desqualifique qualquer dos levantamentos.

E, Independentemente de alguma dificuldade em decifrar os números, todos os estudos deixam evidentes mudanças na maneira como as mulheres se reagem diante dessas agressões. Mais importante: já não é algo que seja visto por elas como natural.

“Claramente as mulheres estão encarando as situações de violência de gênero e assédio sexual com outro repertório, deixando para trás a negação ou omissão diante dos fatos e passando a admitir e perceber abertamente essas questões como problemas” explica a analista da Market Analysis, Débora Montibeler.

Mas obviamente ainda estamos longe de observar uma realidade como a encontrada um pouco mais para cima no continente americano. Segundo o WPS, na América do Norte não latina (entenda-se aí como sendo referência a Canadá e EUA, excluindo-se o México) a grande maioria das mulheres entrevistadas (84%) afirma ter seus direitos respeitados, enquanto que, na América Latina, esse número na média é muito menor (36%).

## As vítimas de sempre

Talvez o ponto de maior convergência de todos esses estudos e que pode ser aplicado a qualquer país de nosso subcontinente é o perfil das vítimas que sofrem assédios e violências com maior frequência: são jovens e trabalhadoras de baixa renda que enfrentam esses problemas em múltiplos ambientes em que estão expostas em seu cotidiano, ou seja, estudo, trabalho, família e comunidade.

Na realidade, a mesma tecla da desigualdade que se aplica a tantos outros indicadores é, como sempre, fator decisivo para impedir que mais avanços possam ocorrer no nosso sofrido continente.

Garantir igualdade de gênero e de oportunidades para todos os cidadãos latino-americanos certamente contribuirá também para combater as mazelas que mulheres em situação de vulnerabilidade enfrentam diariamente.

---

# Magazine Luiza ‘mete a colher’ e incentiva a denúncia da violência contra as mulheres

*Empresa busca estimular o apoio às mulheres em situação de violência e a denúncia. Também faz parceria com o Instituto Patrícia Galvão e rede colaborativa Mete a Colher, revertendo o valor arrecadado para as instituições que atuam no enfrentamento à violência*

**(Agência Patrícia Galvão\*, 08/03/2018)** “Em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. A plataforma de varejo Magazine Luiza vai desafiar o ditado popular neste Dia da Mulher. A partir de hoje, venderá — em suas 860 lojas físicas e no site [magalu.com](http://magalu.com) — uma colher especial com os dizeres: “Em

briga de marido e mulher, tem que meter a colher, sim. Ligue 180 e denuncie”.



Cada colher custará 1,80 real, uma referência ao Ligue 180, a Central de Atendimento à Mulher para as questões de violência que recebe ligações gratuitas de qualquer telefone de todo o país. O dinheiro arrecadado com a venda, ao final da campanha, será revertido a duas entidades: [Instituto Patrícia Galvão](#),

uma organização social que desde 2001 trabalha pela garantia do direito das mulheres de viver sem violência, e a rede colaborativa [Mete a Colher](#), que funciona por meio de um aplicativo mobile, que conecta mulheres vítimas de violência com outras que podem oferecer apoio.

“Denunciar é sempre um grande desafio”, diz Ilca Sierra, diretora de marketing multicanal do Magazine Luiza. “Por isso, a empresa, que já tem um histórico de engajamento nessa luta, considera de grande importância promover campanhas que incentivem mulheres e homens a dar esse grande passo.” A ação é assinada pela agência DAVID.

“O envolvimento e a contribuição das empresas no enfrentamento da violência contra as mulheres são extremamente importantes. Essa campanha mostra que esse é um problema de todos: das empresas, como o Magazine Luiza, e da sociedade”, diz Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, destacando que este é um problema grave, complexo e que requer políticas públicas e ações em múltiplas frentes para ser enfrentado.

## **Empresas no enfrentamento à violência**

O Magazine Luiza vem intensificando suas ações nesta causa desde o ano passado. Em julho de 2017, a empresária Luiza Helena Trajano Inácio Rodrigues, que comanda a rede de lojas de varejo, anunciou a criação de um disque denúncia para funcionárias que estejam em situação de violência doméstica e familiar, após a gerente de uma loja em Campinas Denise Neves dos Anjos ser vítima de feminicídio ([saiba mais](#)).



Com isso, há oito meses, a companhia lançou uma iniciativa interna para reduzir os casos de violência contra a mulher entre suas mais de 11 000 funcionárias. Elas têm acesso ao Canal da Mulher, um sistema de denúncia - monitorado diretamente por Luiza Trajano, presidente do Conselho de Administração - cuja função é apoiar as funcionárias em situação de violência.

Ao estruturar internamente o acolhimento, a rede montou um comitê interno, composto por diferentes áreas internas do Magazine Luiza e por atores externos, como o grupo [Mulheres do Brasil](#), o Instituto Patrícia Galvão, profissionais da área do Direito que atuam no tema, entre outros.

### **Dados sobre a violência contra as mulheres no Brasil**

De acordo com o [Dossiê Feminicídio](#), o Brasil convive com elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra as mulheres - o que resulta em um destaque perverso no cenário mundial: é o 5º país com maior taxa de homicídio de mulheres. Segundo os dados do [Mapa da Violência 2015](#), o Brasil atingiu em 2013 uma taxa média de 4,8 homicídios a cada 100 mil mulheres - 2,4 vezes maior que a taxa média observada em um ranking de 83 nações

# Crônometro da violência contra as mulheres no Brasil

BASTA



**1 estupro a cada 11 minutos.**

11ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017)



**1 mulher assassinada a cada 2 horas.**

11ª Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017)



**503 mulheres vítimas de agressão a cada hora**

Pesquisa Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (DataFolha/FBSP, 2017)



**5 espancamentos a cada 2 minutos.**

Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado (FPA/Sesc, 2010)

Dados compilados no Dossiê Violência contra as Mulheres

INSTITUTO  
PATRÍCIA GALVÃO

infogram

**\* Com informações da assessoria de comunicação do Magazine Luiza**

---

# De 2015 a 2017 mais de 400 notícias sobre estupro coletivo foram publicadas no Brasil

*Bancada feminina da Câmara que aprovar agravamento na pena para esse crime*

[\(Rádio Câmara, 05/03/2015 - acesse no site de origem\)](#)

Dados compilados pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados mostram que houve mais de 400 notícias sobre estupro coletivo no Brasil em pouco mais de dois anos. O estudo da secretaria reúne o número de notícias sobre estupro coletivo por estado brasileiro entre janeiro de 2015 e maio de 2017. O estado campeão foi São Paulo, com 34 matérias denunciando o crime; seguido da Bahia, com 32 casos; e de Pernambuco, com 29.

A coordenadora da bancada feminina na Casa, deputada Soraya Santos, do PMDB do Rio de Janeiro, ressalta que devem existir muito mais crimes do que os relatados pelos jornais, que costumam se basear em casos denunciados à Polícia. Não há um cadastro nacional sobre esse tipo de crime.

“Fizemos um estudo só com matérias veiculadas em jornal, o que chama muito atenção, porque você sabe que está muito abaixo do que os dados oficiais.”

Para Soraya Santos, é essencial votar o projeto de lei que aumenta a pena para o crime de estupro coletivo (PL 5452/16, do Senado). O texto substitutivo da relatora, deputada Laura Carneiro, também do PMDB do Rio de Janeiro, passa o agravante para esse caso de um 1/4 da pena para 2/3.

“Você ter 3, 4 agentes cometendo crime contra uma jovem, uma mulher chama muita atenção e nós não temos previsão penal para isso. Isso é um tipo sim, de aumento de pena, por isso tem vários projetos na Câmara que visam tipificar esse estudo. Primeiro tem que tipificar, o Código Penal tem que ter esse tipo de agravante e também votar esse aumento de pena.”

Ainda segundo a coordenadora da bancada feminina, a partir da tipificação do crime, é possível reunir dados nacionais sobre o tema, assim como foi feito no caso do feminicídio, após a tipificação pelo Congresso Nacional.

“Nós precisamos ter um cadastro, para perceber qual o índice, qual a região, qual a faixa etária, nós precisamos avançar para que a gente possa produzir legislações melhores e também ter políticas públicas de proteção a esses direitos individuais.”

Segundo o estudo da Secretaria da Mulher da Câmara, os estados com menos notícias sobre estupro coletivo são Distrito Federal e Roraima, com um caso cada em cerca de dois anos.

*Lara Hage*

---

## **Levantamento revela caos no controle de denúncias de violência sexual contra crianças**

Um das ligações que mais marcaram a atendente Camilla\*, que trabalha desde 2016 no Disque-Denúncia (100), foi um caso de abuso sexual de um bebê de um ano de idade.

**[\(BBC Brasil, 21/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Ela recebeu a ligação de uma pessoa - que não pode ser identificada para preservar o anonimato garantido pelo serviço - dizendo que, ao trocar a fralda da criança, encontrou seu órgão genital machucado e com pus.

Segundo o relato, a menina estava sendo abusada pelo padrasto, e a mãe não fazia nada porque não queria que o marido fosse preso.

Camilla anotou todos os detalhes sobre a vítima - nome, onde morava,

informações sobre a família - e o caso foi encaminhado à polícia do Estado para ser apurado.

Mas é impossível descobrir, de forma organizada e sistemática, o destino de denúncias graves como a relatada pela atendente.

A BBC Brasil buscou dados para uma reportagem sobre o percentual de denúncias de violência sexual contra crianças que resultavam em abertura de inquérito e possível punição de culpados. Procurou também informações centrais sobre crianças reportadas como vítimas em denúncias, como saber se estão em segurança. Encontrou não dados, mas um verdadeiro buraco negro de informações e descontrole estatístico por parte das autoridades.

A reportagem, que envolveu dezenas de telefonemas e envios de emails para autoridades federais e também em todos os 26 Estados e o Distrito Federal, revela que nenhum órgão mapeia denúncias e monitora o que acontece com elas.

Não há controle consistente e padronizado em nível federal, estadual ou municipal que acompanhe quantas eram procedentes, quantas se tornaram inquéritos policiais, quantas chegaram à Justiça ou o que aconteceu com as crianças.

### **A importância dos números**

A falta de dados centralizados prejudica o combate - já que o primeiro passo para criação de políticas públicas que contra o crime é saber o tamanho do problema, como ele costuma acontecer, se há maior ocorrência em determinados Estados e que questões, em alguns casos culturais, precisam ser combatidas em busca de uma solução.

“É muito difícil pensar políticas públicas sem ter dados e estatísticas”, afirma o pesquisador Herbert Rodrigues, que foi associado ao Núcleo de Violência da USP e é autor do livro *Pedofilia e suas Narrativas*.

“Os dados sobre o assunto são um caos. Os órgãos não estão preparados para lidar com o problema”, afirma ele, que fez uma extensa pesquisa em diversos bancos de dados para sua tese de doutorado.



Ele defende que o poder público tenha um sistema exclusivo para monitoramento de abuso sexual infantil a exemplo do que ocorre em países como os Estados Unidos e o Reino Unido.

Em terreno britânico, os números divulgados por diversas entidades governamentais são reunidos pela NSPCC (sigla em inglês para Sociedade Nacional para a Prevenção de Crueldade contra Crianças).

Nos EUA, diversas entidades reúnem esse tipo de informação. O Departamento de Saúde federal tem um escritório específico de cuidado às crianças que publica relatórios periódicos. E o Crimes Against Children Research Center (“centro de pesquisa sobre crimes contra crianças”) também reúne dados nacionais - e o acompanhamento das denúncias é feito pelo FBI, a polícia federal americana.

### **Várias fontes, nenhum controle**

No Brasil, a primeira pergunta sem resposta diz respeito ao total de denúncias de violência sexual contra crianças que chegam a diferentes autoridades.

Elas podem chegar a delegacias de polícia (especializadas ou não), ir direto ao Ministério Público, a conselhos tutelares ou a Varas de Infância e da Juventude. Casos envolvendo crimes virtuais são investigados pela Polícia Federal. Não há números consolidados de número de denúncias feitas no país todo por nenhum desses caminhos.

As suspeitas também podem chegar pelo Disque-Denúncia e serem encaminhadas a algum desses outros canais. Só por este caminho chegaram cerca de 9 mil denúncias no primeiro semestre de 2017. Em 2016, foram 15.707. Os dados são do Ministério dos Direitos Humanos, que mantém o serviço do Disque 100.

A segunda lacuna é com os dados sobre o que aconteceu com as denúncias que chegaram por esse caminho.

As suspeitas são passadas individualmente para serem investigadas pelas polícias estaduais ou por outras autoridades. Todos os casos são repassados

e, em tese, investigados. Mas como não há uma regra que obrigue quem recebeu as denúncias de dar retorno, os feedbacks que chegam são poucos.

O serviço só recebe retorno sobre o andamento da apuração em 16% dos encaminhamentos na média, segundo o Ministério dos Direitos Humanos.

## **Lacunas**

Em busca dessas informações sobre o destino das denúncias que chegam por outros caminhos, a BBC Brasil procurou as polícias estaduais e também o Ministério Público de todos os 26 Estados brasileiros e o Distrito Federal.

Na maioria dos Estados, nem a própria polícia ou secretaria de segurança agrupa essas informações. A ausência de dados centralizados gera a impossibilidade de cobrança e acompanhamento de uma esfera superior.

A BBC Brasil recebeu informações apenas da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e dos Ministérios Públicos de Santa Catarina, Distrito Federal, Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

As Secretarias de Segurança Pública de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os Ministérios Públicos de Minas Gerais, Goiás e Ceará admitiram não ter os dados.

Os outros órgãos não responderam ou não deram explicações para não terem enviado as informações.

## **Retrato brutal**

Os únicos dados centrais que a BBC Brasil conseguiu identificar revelam a brutalidade deste tipo crime, ou seja, quando vítimas vão parar em um hospital com machucados, doenças ou outros problemas decorrentes do abuso.

Em 2016, o sistema de saúde registrou 22,9 mil atendimentos a vítimas de estupro no Brasil. Em mais de 13 mil deles - 57% dos casos - as vítimas tinham entre 0 e 14 anos. Dessas, cerca de 6 mil vítimas tinham menos de 9 anos.

As estatísticas são do Sinan, o sistema de informações do Ministério da Saúde, que registra casos de atendimento de diferentes ocorrências médicas desde 2011. É uma espécie de ponta do iceberg do problema.

O sistema consolida dados tanto dos serviços de saúde pública quanto da rede privada.

“Crianças e adolescentes de até 14 anos são mais vulneráveis à ocorrência de estupro principalmente na esfera doméstica. Os autores da violência, na maioria das vezes, são familiares e pessoas conhecidas”, afirma a médica Fátima Marinho, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Mas mesmo os números do Sinam, que oferecem um visão central do problema, não retratam todos os casos de abuso sexual de crianças que acabaram no sistema de saúde. Isso porque nem todos os municípios do país reportam os casos, embora o procedimento seja obrigatório.

A definição de estupro utilizada pelo Ministério da Saúde é a mesma adotada no âmbito penal. São notificados como estupro, por exemplo, conjunção carnal, masturbação, toques íntimos, a introdução de dedos ou objetos na vagina, sexo oral e sexo anal.

Nos casos de estupros de menores, os profissionais de saúde responsáveis pelo atendimento em hospitais devem comunicar as ocorrências aos conselhos tutelares locais.

A partir deste ponto, o sistema de saúde não faz mais o acompanhamento – portanto mesmo pelos números da área de saúde não há como saber quais desses casos chegaram à polícia ou à Justiça.

Para a delegada Kelly Cristina Saccheto, de São Paulo, “estatísticas são importantes, mas, para as investigações individuais, o que mais importa é ter dados suficientes no registro da ocorrência para que polícia abra o inquérito.”

Segundo ela, muitas das denúncias chegam sem informações suficientes – como nome completo do acusado ou endereço – para que a polícia identifique

os suspeitos.

## **Vulnerabilidade**

Se muitas vítimas adultas já não denunciam seus casos à polícia por medo de represálias ou de serem desacreditadas, as crianças estão ainda mais vulneráveis - e a chance de o problema nunca chegar às autoridades é maior, segundo especialistas.

“Nos casos que chegam à Justiça é possível ver, em muitos processos, tentativas de desqualificar e deslegitimar as crianças para inocentar o agressor. É reflexo de uma sociedade que tem baixa confiança nas crianças, onde elas são desconsideradas, como se não tivessem agência no mundo”, afirma Herbert Rodrigues, pesquisador do Núcleo de Violência da USP.

O desembargador Eduardo Freitas Gouvea, da Coordenação de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, acredita que legislação existente é bem extensa e adequada para proteger as crianças - o que falta é sua aplicação.

“É necessário um trabalho de prevenção” afirma. “Hoje em dia o Judiciário é visto como caminho de resolução de tudo, mas é preciso que o Executivo aplique a lei e haja uma rede de proteção às crianças para evitar que os crimes aconteçam.”

O fato da maior parte dos abusos - físicos e sexuais - virem das próprias famílias torna o problema mais complexo e difícil de ser resolvido, já que a criança fica completamente desamparada e sem o apoio justamente de quem deveria protegê-la.

“É um tabu, ninguém quer falar sobre isso ou lidar com o problema real”, diz Rodrigues.

Camilla, a atendente do Disque-Denúncia, diz que evita pensar no que aconteceu com as vítimas.

“Tento pensar que o importante é que a denúncia tenha sido feita. Já é o primeiro passo para resolver (o caso).”

*\*O nome foi trocado para proteger a identidade da entrevistada.*

*Letícia Mori*

---

# **A internet está ficando mais agressiva, e mulheres e minorias são os maiores alvos**

*Mas existem medidas que você pode tomar para combater o assédio online.*

**[\(HuffPost Brasil, 04/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

A internet está deixando todo o mundo agressivo, está seriamente prejudicando nossa capacidade de nos entendermos uns com os outros, e os alvos principais de agressões são mulheres e membros de minorias.

E não é uma coisa geracional. Um novo estudo revela que os australianos mais velhos estão denunciando mais abusos online do que jamais antes.

Feito pela empresa de segurança na internet Norton by Symantec, o estudo nos chegou em um momento interessante. Na semana passada a página de Facebook de um grupo de um colégio secundário australiano virou o “[marco zero](#)” de onde começou um processo de [assédio e agressões](#) à poeta Ellen van Neerven, autora do poema “Mango”, que fez parte de um exame de inglês do HSC (*algo como o Enem australiano*).

O estudo da Norton, divulgado na semana passada, revela que o número de pessoas que vêm sofrendo assédio online vem aumentando em todas as faixas etárias. O aumento maior está se dando entre os internautas de mais de 40 anos; nessa faixa, os incidentes atingiram 37% das pessoas em 2016 e 61% em 2017.

## ***A Segunda Pesquisa da Norton sobre Assédio Online revelou:***

- *Um aumento geral de pessoas de todas as faixas etárias que sofrem assédio online.*
- *Insultos, críticas abusivas, fofocas maldosas e submeter as pessoas a boatos, tudo isso virou comum.*
- *Grupos minoritários estão sofrendo as consequências, incluindo pessoas LGBTIQ, pessoas com problemas de saúde mental e com problemas de peso.*
- *Os homens não compartilham experiências com seus pares, isolando-se ainda mais da sociedade.*
- *Mais mulheres vêm recebendo materiais explícitos, sexuais e pornográficos indesejados.*

Mas as pessoas com menos de 30 anos ainda formam o grupo etário mais visado; 85% delas relatam ter sofrido assédio online, e as pessoas dessa faixa têm mais chances de se tornarem vítimas de formas mais graves de abuso online, como cyberbullying, cyberstalking (perseguição online) e assédio sexual.

As mulheres sofrem impacto emocional negativo maior que os homens: 33% delas manifesta raiva, 32% dizem ter sentido ansiedade e 29% relatam sentimentos de depressão.

Mais de metade das mulheres que apresentaram depressão em consequência do assédio precisou buscar ajuda médica, fato que, segundo os autores do estudo, confirma o impacto negativo do assédio cibernético sobre a saúde mental, além de reforçar a importância de as pessoas se informarem sobre segurança online.

### ***Como é sofrer cyberbullying?***

- *É quando você recebe mensagens de texto ofensivas ou cruéis de pessoas que você conhece ou até alguém que você não conhece.*
- *É receber mensagens ofensivas ou ameaçadoras através de redes sociais como Facebook ou Twitter ou através de sites em que as pessoas podem fazer e responder a perguntas, como o Formspring ou fóruns na internet.*

- *Pessoas enviam fotos ou vídeos de você a outros com a finalidade de envergonhar ou ofender você.*
- *Pessoas espalham boatos a seu respeito em e-mails, redes sociais ou mensagens de texto.*
- *Pessoas tentam impedir você de comunicar-se com outros.*
- *Pessoas roubam suas senhas ou penetram em suas contas e modificam as informações que constam nelas.*
- *Pessoas criam perfis falsos fazendo-se passar por você ou postam mensagens e atualizações de status a partir das suas contas.*

Fonte: [AHRC](#)

Embora o número de incidentes em cada caso possa ser limitado a uma ou duas instâncias raras, o aumento do número total de denúncias é preocupante, disse Melissa Dempsey, diretora sênior das filiais da Norton no Japão e Ásia-Pacífico.

“O assédio online ou cibernético continua a ser uma ameaça real para jovens e idosos”, disse Dempsey em comunicado.

“O número maior de incidentes talvez se deva ao fato de as pessoas hoje se sentirem mais confiantes para fazer denúncias. Mas o fato de que os relatos sobre bullying e comportamentos abusivos online vêm aumentando exige ação imediata em defesa da segurança e privacidade online dos usuários.”

### ***Medidas que você pode tomar para ajudar a combater o assédio online:***

**REVEJA** sua presença online em todos seus aparelhos:

- *Cheque suas configurações de segurança e privacidade;*
- *Mude suas senhas regularmente.*

**RECONHEÇA** o problema se ele acontecer e aja prontamente:

- *Não responda ao perpetrador.*
- *Guarde todos os registros e provas do assédio, fazendo uma cópia da mensagem da foto ou do vídeo.*
- *Se você testemunhar assédio online, dê apoio à pessoa que é alvo do*

*assédio e, dependendo da situação, avise aos perpetradores que seu comportamento é inaceitável.*

### **DENUNCIE:**

- *Se alguém disser ou fizer algo inapropriado ou que for sentido como assédio, denuncie imediatamente às autoridades relevantes.*
- *Se conteúdos inapropriados forem exibidos online, contate os operadores do site por telefone ou e-mail, pedindo que o conteúdo seja tirado do ar ou bloqueado.*

### **Pessoas jovens de grupos minoritários viram alvos**

O fato de as pessoas viverem constantemente conectadas às redes sociais encerra riscos. O estudo constata que uma alta incidência de abusos pode ser atribuída ao fato de adultos jovens fazerem uso regular de sites populares como Facebook, Instagram e Snapchat.

Ser alvo de abuso e insultos (53%) além de fofocas e boatos maldosos (43%) hoje são queixas comuns, como revelou a pesquisa conduzida com 1.030 adultos acima de 18 anos.

Esse tipo de “assédio leve” é sofrido com mais frequência por australianos mais jovens, 67% dos quais denunciam ter sofrido abusos e insultos.

### **Uso maior de tecnologia leva a uma busca maior por apoio psicológico**

*Em abril o Kids Helpline (um serviço telefônico gratuito e confidencial disponível na Austrália para crianças e jovens que buscam ajuda psicológica) divulgou relatório mostrando que o uso maior de tecnologia levou a um aumento de 151% na procura por apoio psicológico por WebChat em um período de cinco anos, em que o número de contatos subiu de 12.643 em 2012 para 31.765 em 2016.*

*Em julho do ano passado o Kids Helpline começou a compilar dados sobre a prevalência do cyberbullying e outros problemas nesse espaço.*

*“Entre julho e dezembro de 2016, 1.566 contatos pedindo aconselhamento psicológico foram de crianças e jovens preocupados ou que estavam se*



*sentindo inseguros em decorrência de sua atividade online ou com mensagens de texto”, disse Adams em abril.*

*“Além de bullying, os problemas denunciados incluíram participação em ‘sexting’ (trocar mensagens de teor sexual), receber contatos online indesejados, suspeita de estar sendo manipulados para fins de exploração sexual futura e uso descontrolado ou excessivo de games online ou redes sociais.”*

*O relatório Insights 2016 mostrou que Nova Gales do Sul e Victoria são os Estados australianos em que mais crianças e jovens acessam os serviços do Kids Helpline: 35% e 25% de todos os contatos vieram desses dois Estados respectivamente.*

Quando mergulhamos mais fundo nas constatações do estudo da Norton, vemos que a situação é muito difícil para os membros de certos grupos minoritários.

Entre as pessoas que denunciam assédio com mais frequência estão deficientes físicos (59%), pessoas da comunidade LGBTQ (66%), pessoas com problemas de peso (66%) e pessoas com problemas de saúde mental (69%).

### **Crescem as denúncias de ameaças de violência, cyberbullying e cyberstalking**

Desde a divulgação da pesquisa anterior, as denúncias de ameaças de violência física mais que dobraram, passando de 16% para 35%, com homens jovens e membros de minorias sendo os alvos mais prováveis.

As denúncias de cyberbullying e cyberstalking também aumentaram significativamente, passando respectivamente de 20% para 33% e de 15% para 29%.

O cyberbullying é uma preocupação especial para os australianos mais jovens (57%), para os da comunidade LGBTIQ (55%) e para pessoas com saúde mental problemática (48%).

Quando se trata de identificar os responsáveis por cyberbullying, os homens

tendem mais a dizer que desconhecem sua identidade (39%) ou que eles são desconhecidos totais (30%). Entre as mulheres que já sofreram bullying, 28% disseram que os perpetradores foram um ex-amigo ou conhecido.

As mulheres jovens têm probabilidade um pouco maior que os homens de serem alvos de assédio sexual, mas a gama e diversidade do assédio e dos insultos que recebem é maior.

### ***A disparidade de gênero nos insultos e assédio:***

- *48% das mulheres, contra 31% dos homens, relataram que receberam comentários e mensagens sexuais de pessoas em suas contas de mídia social.*
- *O número de pedidos de fotos ou imagens sexualmente explícitas foi bem maior para as mulheres: 44% delas denunciaram esse problema, que atinge apenas 25% dos homens.*
- *As mulheres também relataram mais casos em que receberam materiais explícitos, sexuais e pornográficos indesejados, além de serem assediadas com convites para sair por alguém que se negava a aceitar que “não” é “não”.*

Fato preocupante: 77% dos homens entrevistados disseram que não conhecem ninguém que já tenha sofrido assédio online, mas 70% dizem que já o sofreram, eles próprios.

Para a Norton, isso indica que a maioria dos homens não compartilha essa experiência com seus pares.

*Eion Blackwell*